

PORTUGUÊS

Texto

Com o perdão do pleonasmo

CELSO LUIZ LIMONGI

A morosidade da Justiça brasileira está na ponta da língua de qualquer pessoa do Norte ao Sul do país, sentimento alimentado pelo clima de opinião criado para legitimar a reforma constitucional do Poder Judiciário no final de 2004.

Promulgada a reforma, em vez de uma expectativa de melhora ou mesmo uma sensação de alívio, como seria de esperar, só ficou a insatisfação. Nem poderia ser diferente. Afinal, a reforma nada mais fez que introduzir o controle externo na figura do Conselho Nacional de Justiça, sem atacar de frente a lentidão dos tribunais.

Acelerar de fato o trâmite das ações e a burocracia cartorial, só mesmo com alguma criatividade na administração e com a reforma dos códigos de processo, o que já vem sendo feito -não por iniciativa exclusiva do Executivo mas também da magistratura. Se, em dezembro de 2004, o Ministério da Justiça enviou ao Congresso Nacional um conjunto de propostas nesse sentido, a Associação dos Magistrados Brasileiros já o fizera em março daquele ano.

Tanto quanto a morosidade, a falta de efetividade das decisões judiciais frustra juízes e juízas de todo o país, que trabalham sem parar para, proferida uma sentença, vê-la descumprida por causa da infinidade de recursos permitida pela legislação processual brasileira. Em São Paulo, onde mais de 13 milhões de processos tramitam, o desafio de combater a demora nos julgamentos e a falta de efetividade quando por fim são concluídos é ainda maior.

Muito já está sendo feito, sobretudo na identificação dos problemas que distorcem a lógica do sistema, protelando etapas e prazos, em detrimento da qualidade dos serviços e prejuízo da imagem do Judiciário paulista.

A recente sanção da nova lei que reclassifica comarcas por entrâncias e cria mais varas em todo o Estado é um passo importante na mudança desse quadro. Da mesma forma é o projeto de lei do novo plano de cargos e carreiras para os servidores do Poder Judiciário, encaminhado à Assembléia Legislativa de São Paulo pelo desembargador Luiz Elias Tâmbara no final de sua gestão, em dezembro passado, a despeito da necessidade de aperfeiçoá-lo.

O caminho agora é concluir a informatização, corrigir as distorções de recursos humanos, realocando mais pessoal nas atividades-fim, e adotar um programa de qualificação que prepare os servidores para as novas funções e a tecnologia do sistema de rede integrada. O objetivo é acelerar a distribuição dos cerca de 40 mil recursos que entram por mês na segunda instância.

Antes desse conjunto de ações pontuais, e justamente para viabilizá-las, será preciso assegurar a alocação de recursos suficientes para enfrentar os desafios que a agilidade do Judiciário paulista engloba. Para tanto, os entendimentos com os Poderes Executivo e Legislativo estão adiantados e bem encaminhados, tamanha a boa vontade e presteza de seus representantes.

O ideal para alcançarmos a plena autonomia financeira está na definição de um percentual fixo no Orçamento do Estado para o Judiciário. Assim, o índice previsto na Constituição Estadual evitaria a polêmica relação com bancos detentores dos depósitos judiciais.

Mas se todo esse esforço por verbas, informatização e treinamento de servidores busca acelerar a tramitação dos processos, não nos esqueçamos também do clamor social por mais abertura do Judiciário. Daí a importância da convocação do Tribunal Pleno para deliberar sobre a eleição de metade do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, como determina a emenda constitucional que instituiu a reforma do Poder Judiciário.

Além de um Poder mais bem estruturado e aparelhado, sobretudo com instrumentos processuais mais efetivos depois da reforma dos códigos, uma Justiça transparente, em que metade de seus administradores assume compromissos de gestão com os colegas que os elegeram, contribui para a melhoria na prestação dos serviços à população.

Nosso compromisso, juízes e juízas de São Paulo e de todo o país, cidadãos e cidadãs de todo o Brasil, é com a sociedade brasileira que cumpre suas obrigações e busca na Justiça a garantia de seus direitos quando os vê suprimidos pela dinâmica conflituosa da vida moderna. Falo de um empresário que instala uma indústria, de uma dona de casa que recorre contra uma cobrança incorreta, de um inocente preso por engano que espera um "habeas corpus" ou de uma criança que não sabe se ficará com o pai ou a mãe num divórcio litigioso.

Em outras palavras, refiro-me a pessoas, a gente de carne e osso, a vidas humanas que, embora não pareça, estão ali, na frieza asséptica dos autos. Afinal, de outra coisa não tratamos nós, magistrados e magistradas, também pessoas humanas, de carne e osso, cheias de sonhos e convicções. Enfim, falo, com o perdão do pleonasma, de uma Justiça realmente justa.

Disponível em: www.folha.com.br, Tendências/Debates, terça-feira, 17 de janeiro de 2006.

Questão 1

No título, o autor recorre a uma figura de linguagem que tem a seguinte definição:

- a) anteposição do determinante ao determinado.
- b) omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem suprir.
- c) separação de palavras pertencentes a um mesmo sintagma.
- d) superabundância de palavras para enunciar uma idéia.
- e) inversão violenta das palavras de uma frase, que prejudica o entendimento.

Questão 2

A premissa que subjaz ao texto de Celso Luiz Limongi é a de que:

- a) a Justiça Estadual é comprometida com outros interesses que não com os da lei e da prestação de serviços à sociedade.
- b) a Justiça não é transparente, porque comprometida com interesses que escapam de seus fins.
- c) a Justiça tem melhorado significativamente pelo empenho dos Poderes Executivo e Legislativo.
- d) há ações efetivas em andamento que virão a esvanecer a imagem negativa que o Judiciário tem hoje perante a opinião pública.
- e) a morosidade da justiça deve-se a muitas causas, principalmente à efetividade das ações judiciais.

Questão 3

Atente para as afirmações abaixo:

- I- A burocracia é uma conseqüência da morosidade da justiça.
- II- Códigos ultrapassados são causa da morosidade da justiça.
- III- Morosidade da justiça é conseqüência da burocracia e do anacronismo dos códigos de processo.
- IV- Descumprimento de ações judiciais é causa da morosidade da justiça.

Então, escolha a alternativa que reúna afirmações verdadeiras, segundo a opinião do autor.

- a) II e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III e IV.

Questão 4

Segundo opinião do autor, é possível dizer que os Poderes Legislativo e Executivo têm parcela de responsabilidade sobre o caos atual da Justiça brasileira?

- a) sim, a Magistratura tem envidado esforços para solucionar todos os problemas.
- b) sim; os dois poderes nada fizeram ou fazem para solucionar o problema.
- c) não; o problema é todo inerente à Justiça.
- d) sim; a Magistratura enviou ao Congresso projeto de reforma, antes do Ministério.
- e) sim; recentemente, os dois poderes promoveram uma reforma ineficiente.

Questão 5

O "clima de opinião" a que o autor se refere no início do texto diz respeito:

- a) à formação espontânea da opinião pública quanto à reforma, em curso, do poder judiciário.
- b) ao incitamento popular promovido pelo Poder Executivo, para ver reconhecida a reforma judiciária proposta.
- c) à opinião da Magistratura em geral sobre o estado em que se encontra o poder judiciário.
- d) à opinião da Associação dos Magistrados Brasileiros sobre o funcionamento do judiciário.
- e) à revolta popular existente no Brasil quanto ao mau funcionamento do poder judiciário.

Questão 6

Na frase "*a Associação dos Magistrados Brasileiros já o fizera em março daquele ano*" o verbo está conjugado no:

- a) pretérito imperfeito do indicativo.
- b) pretérito perfeito do indicativo.
- c) pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
- d) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- e) pretérito mais-que-perfeito composto.

Questão 7

No período "*uma Justiça transparente, em que metade de seus administradores assume compromissos de gestão com os colegas que os elegeram, contribui para a melhoria na prestação dos serviços à população*" a mudança do modo verbal, indicativo para subjuntivo presente, estabeleceria a seguinte correlação:

- a) assumo / elegeram / contribuiria.
- b) assumisse / elegeram / contribuiria.
- c) assumo / elegeram / contribuia.
- d) assumisse / elegeram / contribuirá.
- e) assumisse / elegesse / contribuiria.

Questão 8

Observe a tirinha de Quino:



A frase passível de correção, segundo a norma culta brasileira é:

- a) "será que também tem da Esso?", para "será que também há da Esso?", porque nesse caso o verbo indicaria uma possibilidade.
- b) "deixa eu ver", para "me deixe ver", porque o pronome sujeito não pode ter função objetiva.
- c) "deixa eu ver", para "me deixe ver", porque nesse caso é o *me* que tem função objetiva.
- d) "deixa eu ver", para "deixe-me ver", porque o pronome sujeito não pode ter função objetiva.
- e) "será que também tem da Esso?", para "será que também há da Esso?", porque nesse caso o verbo *ter* não pode significar *existir*.

Questão 9

Na frase publicitária "*M. Martin, o colchão que você sempre sonhou*" há uma problema de:

- a) concordância verbal.
- b) regência verbal.
- c) concordância nominal.
- d) colocação pronominal.
- e) ordem dos elementos.

Questão 10

No período "O crescimento rápido ocorre de modo contínuo, quase sem interrupção, salvo em anos atípicos", a expressão grifada é:

- a) substantivo.
- b) advérbio.
- c) pronome.
- d) adjetivo.
- e) preposição.

MATEMÁTICA

Questão 11

Com os algarismos de 1 a 9 quantos números distintos de 2 dígitos podem ser formados?

- a) 99
- b) 72
- c) 81
- d) 100
- e) 90

Questão 12

Uma torneira jorra 240 litros de água por hora. Uma segunda torneira jorra 150 litros de água por hora. Em quanto tempo a segunda torneira jorra a mesma quantidade de água que a primeira em 40 minutos?

- a) 64 minutos.
- b) 56 minutos.
- c) 48 minutos.
- d) 50 minutos.
- e) 72 minutos.

Questão 13

Na produção de peças, uma indústria tem um custo fixo de R\$ 4200,00 mais um custo variável de R\$ 20,00, por unidade produzida. Então a função que fornece o custo total de produção de x peças é:

- a) $f(x) = 20x - 4200$
- b) $f(x) = 4200x + 20$
- c) $f(x) = x + 4\ 220$
- d) $f(x) = 20x + 4200$
- e) $f(x) = 20x + 210$

Questão 14

Uma urna contém 4 bolas pretas e 8 bolas brancas. Uma pessoa retira 3 dessas bolas, uma após a outra, sem reposição. As duas primeiras bolas retiradas são brancas. Então a probabilidade da terceira bola também ser branca é:

- a) $\frac{1}{4}$
- b) $\frac{1}{2}$
- c) $\frac{2}{5}$
- d) $\frac{1}{3}$
- e) $\frac{3}{5}$

Questão 15

Maria tem uma loja na sua cidade e periodicamente vai a S. Paulo comprar mercadorias. Numa dessas viagens foi a uma loja e comprou blusas do mesmo tipo e preço para revender e gastou R\$ 900,00. No dia seguinte voltou à loja e comprou mais blusas. Mas desta vez ela comprou um outro modelo que custava R\$ 20,00 a mais que as do dia anterior e gastou R\$ 700,00. No total ela comprou 80 blusas. Então no primeiro dia ela comprou:

- a) 20 blusas.
- b) 60 blusas.
- c) 50 blusas.
- d) 45 blusas.
- e) 65 blusas.

Questão 16

Um terreno quadrangular tem área de $0,01 \text{ km}^2$. Então seus lados medem:

- a) 1 000 m.
- b) 100 m.
- c) 10 000 m.
- d) 0,01 km.
- e) 0,0001 km.

Questão 17

Dividindo 144 em partes inversamente proporcionais a 3, 4 e 12 obtemos respectivamente:

- a) 54, 60 e 30.
- b) 18, 54 e 72.
- c) 30, 54 e 60.
- d) 72, 54 e 18.
- e) 30, 48 e 66.

Questão 18

Um certo capital aplicado à taxa de juros simples duplicou em 20 anos. A que taxa anual foi empregado esse capital?

- a) 5%
- b) 10%
- c) 2%
- d) 4%
- e) 1%

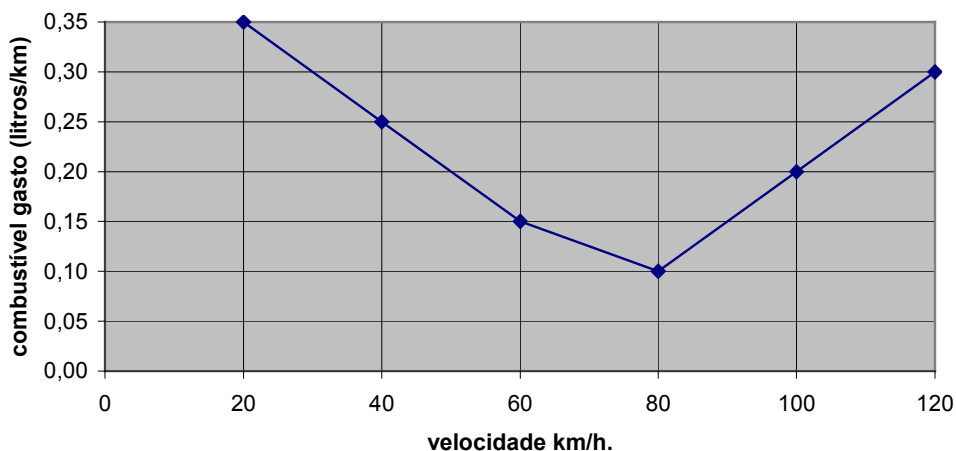
Questão 19

Os valores reais de x que satisfazem a desigualdade $\frac{3x+4}{1-x} \leq 2$ são:

- a) $x \leq -\frac{2}{5}$
- b) $-\frac{2}{5} \leq x < 1$
- c) $x \leq -\frac{2}{5}$ ou $x > 1$
- d) $x > 1$
- e) $x \neq 1$

Questão 20

O consumo de combustível em função da velocidade varia de acordo com o carro, seu ano de fabricação, modo de dirigir, entre outros fatores. Para um determinado carro, considerando apenas a velocidade, o desempenho é mostrado no gráfico seguinte:



Analisando o gráfico, a **única alternativa correta** é:

- a) o consumo de combustível é menor à velocidade de 20 km/h.
- b) a velocidade na qual o consumo de combustível é maior é 120 km/h.
- c) à velocidade de 40 km/h o consumo de combustível é a metade do que a 80 km/h.
- d) à 120 km/h gasto três vezes mais combustível que a 60 km/h.
- e) à velocidade de 100 km/h, o consumo de combustível é o dobro do que a 80 km/h.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Identifique quais as demonstrações contábeis abaixo indicadas são obrigatórias em face da legislação brasileira:

- a) balanço patrimonial, demonstração do resultado dos 3 últimos exercícios e demonstração de ganhos acumulados.
- b) balanço patrimonial, demonstração do resultado dos 4 últimos exercícios e demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.
- c) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.
- d) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração de perdas e dos prejuízos acumulados.
- e) balanço patrimonial, elaboração e publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Questão 22

A escrituração das companhias, na forma da legislação da sociedade por ações, será:

- a) mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da Lei que regula a sociedade por ações e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de caixa.
- b) mantida em registros periódicos, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da Lei que regula a sociedade por ações e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.
- c) mantida em registros permanentes, com obediência única aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis não uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de caixa.
- d) mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da Lei que regula a sociedade por ações, devendo observar métodos ou critérios financeiros uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.
- e) mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da Lei que regula a sociedade por ações e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Questão 23

Os conceitos de depreciação dos bens do ativo imobilizado representam:

- a) o registro contábil do investimento em face da utilização do bem produtivo.
- b) o registro contábil do custo ou despesa pelo desgaste na utilização do bem produtivo.
- c) o registro dos elementos tangíveis e duráveis.
- d) o registro dos elementos intangíveis e efêmeros.
- e) o registro contábil da despesa pela desgaste na utilização do bem intangível.

Questão 24

Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento por seus:

- a) totais, permitidas quaisquer deduções.
- b) totais, permitidas as deduções constitucionalmente autorizadas.
- c) totais, vedadas quaisquer deduções.
- d) parciais, vedadas deduções.
- e) globais, permitidas as deduções e as inserções devidas.

Questão 25

De acordo com o princípio contábil da confrontação das receitas e despesas, é correto afirmar-se que:

- a) não se pode comprar uma máquina para uma empresa e lançar o valor de sua compra contra o resultado do mês em que foi comprada, pois naquele momento ela não estava gerando receita.
- b) Pode-se comprar uma máquina para uma empresa e lançar o valor de sua compra contra o resultado do mês em que foi comprada, pois naquele momento ela já estava gerando receita.
- c) não se pode comprar uma máquina para uma empresa e lançar o valor de sua compra contra o resultado do mês em que foi comprada, pois naquele momento ela já estava gerando receita.
- d) não se pode comprar uma máquina para uma empresa e não lançar o valor de sua compra contra o resultado do mês em que foi comprada, pois naquele momento ela estava gerando receita operacional.
- e) pode-se comprar uma máquina para uma empresa do setor público e lançar o valor de sua compra contra o resultado do mês imediatamente após ao que foi comprada, pois naquele momento ela poderia estar gerando receita.

Questão 26

Visando a obedecer os princípios de unidade, universalidade e anualidade, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo. Nesse sentido, integrarão a Lei de Orçamento:

- a) sumário geral das despesas por fontes; quadro demonstrativo da despesa segundo as Categorias Econômicas; quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- b) sumário geral da receita por fontes e da despesa por Ministério; quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas; quadro discriminativo da receita e respectiva legislação.
- c) sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Executivo, do STF e do Legislativo; quadro demonstrativo da Despesa segundo as Categorias Econômicas; quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- d) sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo; quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas; quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- e) sumário especial e sintético da receita por fontes; quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas; quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.

Questão 27

Com fulcro na Lei 8.666, é correto afirmar-se que:

- a) os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo vedada, supletivamente, a aplicação dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- b) os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- c) os contratos administrativos regulam-se pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- d) os contratos administrativos pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos.
- e) os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, exclusivamente, os princípios de direito privado.

Questão 28

Os contratos administrativos devem estabelecer:

- a) com clareza e precisão, as condições para sua execução, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- b) com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em desconformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- c) as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade, ou não, com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- d) as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação.
- e) com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Questão 29

O regime estatutário aplicável aos funcionários públicos é:

- a) estabelecido em lei e em contrato, e não pode ser modificado unilateralmente, mesmo se respeitados os direitos adquiridos pelo servidor.
- b) estabelecido em lei, não podendo ser modificado unilateralmente, mesmo respeitados os direitos adquiridos pelo servidor.
- c) estabelecido em contrato, podendo ser modificado unilateralmente, respeitados os direitos adquiridos pelo servidor.
- d) estabelecido em contrato, não podendo ser modificado unilateralmente, respeitados os direitos adquiridos pelo servidor.
- e) estabelecido em lei, podendo ser modificado unilateralmente, respeitados os direitos adquiridos pelo servidor.

Questão 30

São cláusulas necessárias em todo contrato firmado com base na Lei 8.666 as que estabeleçam:

- a) o objeto e seus elementos característicos; o regime de execução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666; as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da Lei das licitações.
- b) o objeto e seus elementos característicos; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666; as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da Lei das licitações.
- c) o objeto e seus elementos característicos; o regime de execução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação

e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- d) o objeto e seus elementos característicos; o regime de execução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666; as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e) o objeto e seus elementos característicos; o regime de inexecução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 87 da Lei 8.666; as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da Lei das licitações.

Questão 31

A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e incorpora os seguintes princípios:

- a) o princípio constitucional da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da progressividade, da improbidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório.
- b) o princípio constitucional da parafiscalidade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- c) o princípio constitucional do não confisco, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- d) o princípio constitucional da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, do não confisco, da seletividade, da probidade administrativa
- e) o princípio constitucional da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Questão 32

Estão obrigados a licitar:

- a) os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) os Poderes da União, dos Estados e dos Municípios e os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades anônimas de capital aberto e entidades controladas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) os Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as fundações públicas, as sociedades anônimas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 33

Pela inexecução, total ou parcial, do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- c) advertência; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- d) advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- e) advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Questão 34

Os crimes prescritos na Lei 8.666 são de:

- a) ação penal pública condicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la e qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.
- b) ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la e qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.
- c) ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público Federal promovê-la e qualquer pessoa jurídica poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público Federal, fornecendo-lhe informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.
- d) ação penal pública condicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la e qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe informações.
- e) ação penal pública incondicionada, cabendo à AGU promovê-la e qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa da AGU, fornecendo-lhe informações sobre o fato e sua autoria.

Questão 35

Identifique a resposta que melhor representa os princípios constitucionais tributários:

- a) legalidade, anualidade, retroatividade da lei tributária, tipologia tributária, vinculabilidade da tributação, uniformidade geográfica, não-discriminação tributária, em razão da procedência ou do destino dos bens, territorialidade da tributação, delegabilidade da competência tributária.
- b) estrita legalidade, anualidade, irretroatividade da lei tributária, tipologia tributária, vinculabilidade da tributação, uniformidade geográfica, universalidade da jurisdição, em razão da procedência ou do destino dos bens, territorialidade da tributação, delegabilidade da competência tributária.
- c) estrita legalidade, anterioridade, irretroatividade da lei tributária, tipologia tributária, vinculabilidade da tributação, uniformidade geográfica, não-discriminação tributária, em razão da procedência ou do destino dos bens, territorialidade da tributação, indelegabilidade da competência tributária.
- d) estrita legalidade, anualidade, irretroatividade da lei tributária, direito de ampla defesa e devido processo legal, vinculabilidade da tributação, uniformidade geográfica, não-discriminação tributária, em razão da procedência ou do destino dos bens, territorialidade da tributação, isonomia das pessoas constitucionais.
- e) legalidade, anualidade, irretroatividade da lei tributária, isonomia das pessoas constitucionais, direito de propriedade, supremacia do interesse público ao do particular, indisponibilidade dos interesses públicos, em razão da procedência ou do destino dos bens, territorialidade da tributação, delegabilidade da competência tributária.

Questão 36

No bojo e sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), **não** é correto afirmar:

- a) a compensação e a limitação de empenho são dois mecanismos básicos estabelecidos.
- b) as normas constitucionais que versam sobre repartição das receitas tributárias dizem respeito ao Direito Financeiro e podem ser objeto das previsões contidas na LRF.
- c) em caso de calamidade pública, estado de defesa ou de sítio regularmente reconhecidos na Constituição e nas normas infra-constitucionais, fica suspensa a eficácia dos dispositivos constantes na LRF, e os prazos referidos em seu art. 65 começam a correr somente após a superação desses fatores excepcionais, desprezando-se os períodos anteriores.
- d) as medidas para implantação da compensação são semelhantes àquelas previstas para a renúncia de receitas.
- e) gastos tributários ou renúncias de receitas são equiparáveis a despesas públicas para os fins contidos na referida Lei.

Questão 37

Qual das locuções abaixo melhor espelha o conteúdo jurídico da isenção:

- a) providência constitucional que impede a incidência tributária. É uma hipótese de não-incidência constitucionalmente qualificada.
- b) é uma limitação constitucional às competências tributárias.
- c) exclui e suprime a competência e o poder tributário.
- d) dá-se no plano da legislação ordinária e sua dinâmica pressupõe um encontro normativo em que a regra de isenção opera como expediente redutor do campo de abrangência dos critérios da hipótese ou da consequência da regra-matriz do tributo.
- e) é aplicável, tão-somente, aos tributos vinculados.

Questão 38

Qual das locuções abaixo melhor espelha o conteúdo jurídico da imunidade:

- a) é uma classe finita de normas jurídicas contidas no texto da Constituição Federal que estabelecem, de modo expresse, a incompetência das pessoas políticas de direito constitucional interno para expedir normas instituidoras de tributos.
- b) é um favor legal consubstanciado na dispensa do tributo devido.
- c) é uma limitação infra-constitucional às competências tributárias.
- d) providência infra-constitucional que impede a incidência tributária. É uma hipótese de não-incidência legalmente qualificada.
- e) é aplicável, tão-somente, aos tributos vinculados.

Questão 39

O IPI é um tributo não-vinculado, da competência da União, e:

- a) será seletivo em função da essencialidade do produto; será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores e não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- b) será seletivo em função da essencialidade do produto; será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores e não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- c) será seletivo em função da essencialidade do produto; será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores e incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- d) será progressivo em função da seletividade do produto; será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores e não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- e) será progressivo em função da essencialidade do produto; será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores e incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

Questão 40

Quanto aos Juros sobre o Capital Próprio é correto afirmar-se, com fulcro no RIR, que:

- a) a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e que o efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.
- b) a pessoa jurídica não poderá deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e que o efetivo pagamento ou crédito dos juros não fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.
- c) a pessoa jurídica não poderá deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP tendo em vista que o efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de ganhos, computados antes da dedução dos juros, ou de perdas acumuladas e reservas financeiras, em montante igual ou superior ao valor de três vezes os juros a serem pagos ou creditados.

- d) a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a sócios, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e que o efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados após a dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de cinco vezes os juros a serem pagos ou creditados.
- e) a pessoa jurídica não poderá deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a acionistas, a título de remuneração do capital próprio tendo em vista que o efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência real e efetiva de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante superior ao valor de quatro vezes os juros a serem pagos ou creditados.

Questão 41

O RIR, no art. 344, prescreve que os tributos e as contribuições são dedutíveis, na determinação do lucro real, segundo o regime de competência. Com base neste comando normativo, indique a resposta **correta**:

- a) o disposto neste artigo não se aplica às contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a IV do art. 151 da Lei n.º 5.172, de 1966, haja ou não depósito judicial. Na determinação do lucro presumido, a pessoa jurídica não poderá deduzir como custo ou despesa o imposto de renda de que for sujeito passivo como contribuinte ou como responsável em substituição ao contribuinte.
- b) o disposto neste artigo se aplica aos tributos cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a IV do art. 151 da Lei n.º 5.172, de 1966, haja ou não depósito judicial. Na determinação do lucro real, a pessoa jurídica não poderá deduzir como custo ou despesa o imposto de renda de que for sujeito passivo como contribuinte ou como responsável em substituição ao contribuinte.
- c) o disposto neste artigo não se aplica às contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a IV do art. 151 da Lei n.º 5.172, de 1966, haja ou não depósito judicial. Na determinação do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como custo ou despesa o imposto de renda de que for sujeito passivo como contribuinte ou como responsável em substituição ao contribuinte.
- d) o disposto neste artigo não se aplica aos tributos e contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a IV do art. 151 da Lei n.º 5.172, de 1966, haja ou não depósito judicial. Na determinação do lucro real, a pessoa jurídica não poderá deduzir como custo ou despesa o imposto de renda de que for sujeito passivo como contribuinte ou como responsável em substituição ao contribuinte.
- e) o disposto neste artigo não se aplica aos tributos e contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a IV do art. 151 da Lei n.º 5.172, de 1966, quando não houver depósito judicial. Na determinação do lucro presumido, a pessoa jurídica não poderá deduzir como custo ou despesa o imposto de renda de que for sujeito passivo como contribuinte ou como responsável em substituição ao contribuinte.

Questão 42

Para efeitos de apuração IR e dedução na apuração do lucro real, os registros contábeis das perdas no recebimento de créditos serão efetuados a débito de conta de resultado e a crédito da:

- a) conta que registra o crédito de que trata o § 1º, inciso II, alínea "a", do artigo 340 do RIR; de conta redutora do crédito, nas demais hipóteses.
- b) conta que registra o débito de que trata o § 1º, inciso II, alínea "a", do artigo 340 do RIR; de conta redutora do crédito, nas demais hipóteses.
- c) conta que registra o crédito de que trata o § 1º, inciso II, alínea "a", do artigo 340 do RIR; de conta adutora do crédito, nas demais hipóteses.
- d) conta que registra o indébito de que trata o § 1º, inciso II, alínea "a", do artigo 340 do RIR; de conta adutora do crédito, nas demais hipóteses.
- e) conta que registra o crédito de que trata o § 1º, inciso II, alínea "a", do artigo 340 do RIR; de conta redutora do débito, em hipótese específica.

Questão 43

Na forma prescrita no art. 116 do CTN, salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- a) tratando-se de situação de direito, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios; tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- b) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios; tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- c) tratando-se de situação de fato e de direito, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios; tratando-se de situação extralegal e infra-legal, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- d) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que não se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias e não produza os efeitos que normalmente lhe são próprios; tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que não esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- e) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que não se verifiquem as circunstâncias próprias e não produza os efeitos que lhe são próprios; tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de do RIR.

Questão 44

É **correto** afirmar-se, com base no CTN, que:

- a) a autoridade administrativa poderá considerar negócios jurídicos praticados com a finalidade de desajustar a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos no CTN.
- b) a autoridade administrativa poderá considerar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de assimilar a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- c) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- d) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos praticados com a finalidade de acrescentar à ocorrência do fato gerador do tributo elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- e) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador da regra-matriz de incidência tributária a natureza dos elementos constitutivos da obrigação legal, mesmo sem observar os procedimentos a serem estabelecidos em lei complementar.

Questão 45

Conforme prescrito no CTN, tributo é:

- a) toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa não vinculada.
- d) prestação pecuniária compulsória, em moeda, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída na Constituição e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- e) prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato lícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa não vinculada.

Questão 46

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- a) a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- b) a denominação e características informais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- c) a denominação e demais características informais adotadas pela lei complementar e a destinação legal do produto apreendido.
- d) as características formais adotadas pela lei e sua funcionalidade e a destinação legal do produto arrecadado.
- e) a denominação e demais características legais e a destinação do produto apreendido.

Questão 47

É **correto** afirmar-se que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) majorar tributos sem que a lei o estabeleça; não cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda; estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; cobrar imposto sobre: i) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros; ii) templos de qualquer culto; iii) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; iv) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- b) instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça; cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda; estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; cobrar imposto sobre: i) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros; ii) templos de qualquer culto; iii) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; iv) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- c) instituir tributos sem que a lei o estabeleça; cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda; não estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; cobrar imposto sobre: i) o patrimônio, a renda ou os serviços de terceiros; ii) templos de qualquer culto; iii) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; iv) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

- d) instituir ou majorar tributos sem que a lei complementar o estabeleça; cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei anterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda; não estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; cobrar imposto sobre: i) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros; ii) templos de qualquer culto; iii) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; iv) papel destinado exclusivamente à impressão periódicos.
- e) instituir e isentar tributos; cobrar imposto sobre a renda com base em lei inconstitucional; estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; cobrar imposto sobre: i) a renda ou os serviços uns dos outros; ii) templos de qualquer culto; iii) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos; iv) papel destinado exclusivamente à impressão de livros.

Questão 48

O Imposto sobre a Importação, de competência da União, tem como fato gerador a entrada de produtos estrangeiros no território nacional e a base de cálculo do imposto é:

- a) quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária; quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País; quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação.
- b) quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei complementar; quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência; quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação.
- c) quando a alíquota seja inespecífica, a unidade de preço adotada pela lei ordinária; quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País; quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da adjudicação.
- d) quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei complementar; quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País; quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da remissão.
- e) quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária; quando a alíquota seja *ad corpus*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País; quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da adjudicação ou da remissão.

Questão 49

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída:

- a) para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- b) para fazer face ao custo de obras públicas de que não decorra valorização imobiliária.
- c) para fazer face ao custo de obras sociais de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o custo da obra.
- d) para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização mobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada móvel beneficiado.
- e) para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total o custo da obra e como limite individual o percentual decorrente deste custo, respeitando-se, sempre, o princípio da capacidade contributiva.

Questão 50

Identifique, nas alternativas apresentadas, o tipo penal que molda e caracteriza a seguinte afirmação: "apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio":

- a) corrupção passiva.
- b) concussão.
- c) excesso de exação.
- d) peculato.
- e) prevaricação.